

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.318-A, DE 2000

Modifica o Código de trânsito Brasileiro dispondo sobre a composição das Juntas Administrativas de Recursos e Infrações - JARI.

Autor: Deputado Roberto Pessoa

Relatora: Deputada Juíza Denise Frossard

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que pretende acrescentar um artigo 17-A, à lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, dispondo que as Juntas Administrativas de Recursos e Infrações - JARI - serão integradas, majoritariamente, por representantes da comunidade com proficiência em matéria de trânsito.

Sustenta o autor do projeto, que as referidas Juntas devem guardar razoável independência em relação aos órgãos a que estão vinculadas, de maneira a garantir ao cidadão uma justa e isenta apreciação do seu recurso.

Essa independência vem sendo maculada por uma composição de pessoas subordinadas aos órgãos que expediram os atos contra os quais os recursos são interpostos, do que decorre inevitável corporativismo, facilitado não só em nome da reputação desses órgãos, como também, por conta do volume de recursos decorrentes das multas aplicadas.

Na Comissão de Viação e Transportes desta Casa, o Projeto recebeu parecer favorável e unânime. Aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania, o Projeto foi distribuído ao Deputado Iédio Rosa, que o relatou e proferiu voto.

Todavia, restou sem apreciação. Por tal motivo, o Projeto foi redistribuído a esta relatoria.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Relatei.

II - VOTO DA RELATORA

Do ponto de vista constitucional, legal, regimental e da técnica legislativa, o Projeto de Lei pode ser admitido, sem ressalva, pois, em nada ofende o ordenamento jurídico em vigor.

A matéria pertine a lei federal já em vigor: Código de Trânsito Brasileiro. A sua disciplina abrange todo o território nacional, sem discriminações e visa o interesse público nacional. Portanto, não há falar em intromissão na autonomia dos Estados e Municípios, nem, tampouco, em vício de iniciativa.

Efetivamente, se o projeto do Código podia receber emendas dos Parlamentares na ocasião em que foi discutido, poderá ser emendado a qualquer época, mediante lei ordinária de iniciativa dos parlamentares, com o objetivo exclusivo de aperfeiçoar a lei, como no presente caso, onde nada é criado.

Quanto ao mérito, adoto o parecer da Douta Comissão de Viação e Transportes. O projeto é oportuno, tem inteira procedência e merece aprovação. A matéria está em perfeita sintonia com o espírito democrático que permeia a Constituição Federal.

Destarte, voto pela admissão e aprovação do Projeto de Lei n. 3.318-A, de 2000.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2004

Deputada Juíza Denise Frossard
Relatora